



Ao Sr(a). Diretor(a)
Municipal de São Paulo.

da Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura

Nome:		
Nacionalidade:	Estado Civil:	Cargo:
RG.	CPF.	RF.
Unidade de Trabalho: Função:	Período de teletrabalho: De/...../2020 até o final da situação de emergência declarado pelo Município	

Eu, acima qualificado, no pleno exercício de meu direito previsto no art. 5º c/c art. 6º, III, ambos do Decreto nº 59.283 de 16 de março de 2020 que define as medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus, respaldado no art. 5º, XXXIV, CF, bem como na Lei 8.989/97, art. 178, II, ao especificar que, entre os deveres do funcionário está “cumprir as ordens superiores, representando quando forem manifestamente ilegais;” e na Constituição Federal, ao determinar em seu art. 196, que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”, por estar enquadrado nos termos da legislação ora citada, diante da exigência, veiculada pela Instrução Normativa SME nº 39/2020, de atendimento sem condições especificadas pelas autoridades de saúde pública, sem protocolo de atendimento das práticas esportivas ou das atividades realizadas nas bibliotecas do sistema CEU, sendo apenas orientação que não especifica o formato das atividades e para qual público, venho, respeitosamente, REPRESENTAR a chefia, por descumprimento da legislação acima referida, que fere o Princípio da Legalidade, do Interesse Público, da Moralidade e da Eficiência.

Nestes termos, requer seja a Representação recebida e processada administrativamente nos termos da Lei.

São Paulo, _____, de _____, de 2020.

Assinatura do Requerente